

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 987

**MERCADO DE TRABALHO URBANO:
CLIVAGENS RACIAIS NA
DÉCADA DE 1990**

**Kaizô Iwakami Beltrão
Sonoe Sugahara
Fernanda Paes Leme Peyneau
João Luís de Oliveira Mendonça**

Rio de Janeiro, outubro de 2003

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 987

MERCADO DE TRABALHO URBANO: CLIVAGENS RACIAIS NA DÉCADA DE 1990*

Kaizô Iwakami Beltrão**

Sonoe Sugahara***

Fernanda Paes Leme Peyneau****

João Luís de Oliveira Mendonça****

Rio de Janeiro, outubro de 2003

* Uma primeira versão reduzida deste estudo foi produzida para a Fundação Konrad Adenauer.

** Da Ence/IBGE. kaizo@ibge.gov.br

*** Da UFRJ. sonoe@ibge.gov.br

**** Assistente de pesquisa da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do IPEA.
paesleme@ipea.gov.br e jlmend@ipea.gov.br

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministro – Guido Mantega

Secretário Executivo – Nelson Machado



Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Glauco Antonio Truzzi Arbix

Diretor de Administração e Finanças

Celso dos Santos Fonseca

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Maurício Otávio Mendonça Jorge

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Paulo Mansur Levy

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Luiz Henrique Proença Soares

Diretor de Estudos Setoriais

Mário Sérgio Salerno

Diretor de Estudos Sociais

Anna Maria T. Medeiros Peliano

Assessor-Chefe de Comunicação

Murilo Lôbo

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Uma publicação que tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos, direta ou indiretamente, pelo IPEA e trabalhos que, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 1

2 CONCEITOS 2

3 MERCADO DE TRABALHO 3

4 DESEMPREGO 6

5 O MERCADO FORMAL DE TRABALHO 9

6 MODELOS AJUSTADOS 11

7 COMENTÁRIOS E CONCLUSÕES 26

BIBLIOGRAFIA 27

SINOPSE

Estudos envolvendo questões raciais, que vêm sendo realizados no Brasil, seguem habitualmente três tendências: *a)* a que acredita numa democracia racial; *b)* a que vincula questões raciais a questões de classe, subordinando a primeira à segunda; e *c)* a que defende que a raça é determinante da condição social dos indivíduos. Independentemente da tendência adotada, retratar a situação de negros e pardos *vis-à-vis* a de outras raças é o ponto de partida para compreender a extensão das clivagens sociais e raciais existentes no país.

Qualquer que seja a tendência explicativa adotada, no Brasil, o que se verifica é a permanência de um hiato considerável entre a situação dos indivíduos, dependendo de sua cor ou raça: pretos e pardos de um lado e brancos e amarelos de outro. As estatísticas mostram que, mesmo no nível mais elementar de cidadania — o de acesso ao trabalho qualificado —, o hiato entre os grupos raciais, apesar de menor hoje do que em épocas anteriores, ainda persiste. Mesmo controlando-se por sexo e escolaridade esse hiato existe.

O trabalho analisa, desagregados por raça/cor e sexo, dados sobre mercado de trabalho oriundos das PNADs no período 1992-2001, mais precisamente as taxas de atividade, desemprego e formalização. Além de uma análise descritiva das curvas, ajusta-se um modelo linear generalizado admitindo-se distribuição binomial e função de ligação logito às taxas de atividade/formalização e desemprego, usando como variáveis explicativas: sexo, idade, cor/raça e escolaridade. O texto, então, quantifica o hiato existente entre os grupos de cor/raça quanto à inserção no mercado de trabalho, bem como a situação diferenciada por sexo.

ABSTRACT

Research about race issues in Brazil usually follows one of three lines of thought: *a)* the one that assumes a racial democracy; *b)* the one that links race issues to social classes issues, subordinating the former to the latter; and *c)* the one that assumes that race is the main determinant on the socioeconomic situation of the individuals. Independently of the line of thought chosen to anchor the study, to portrait the situation of blacks and mixed-race individuals with respect to the other ethnic groups is a first step in understanding the extension of the social and racial gaps in present Brazil.

Whatever the explanation may be, what can be presently seen in Brazil, is a large discrepancy as a function of race/skin color: between the situation of whites and Asians on the one hand and blacks and mixed-race individuals on the other. Data show that even in the most basic level of citizenship, i.e., the access to a job with quality, though not as large as in the past, race differentials still persist. There is a wide gap even when controlling by schooling and gender.

This paper analyses, disaggregated by race/skin color and gender, data on labor market participation from PNADs in the 1992-2001 period. PNAD is a household survey conducted annually by IBGE, the Brazilian Central Statistical Office. Information on activity rate, unemployment and proportion of formal ties (about half of the Brazilian labor force is part of the informal market) are analyzed. Besides a descriptive analysis we adjust a generalized linear model assuming a binomial

distribution and the logit as link function, to the activity rates, unemployment rates and probability of belonging to the formal market. As explanatory variables we used gender, individual age, race/skin color, years of schooling. Individual age and years of schooling are fitted as polynomials. The text also quantifies the gender/race gap with respect to the insertion in the labor market.

1 INTRODUÇÃO

Para Alves (1998, p. 65) “o conceito de desigualdade está associado às questões de classe, de gênero e de raça. Denota as posições dos indivíduos de uma sociedade com relação aos meios de produção, o valor diferente dado a esses indivíduos de acordo com seu sexo e características físicas diferentes ou a cor de sua pele”. Portanto, estudar indivíduos em sua diversidade racial não significa estabelecer uma diferença biológica, mas, sim, procurar mostrar como essa diversidade se reflete e é refletida em sua condição social. Para alcançar esse objetivo, utilizaremos como indicadores dessa relação entre raça e condição social os dados sobre mercado de trabalho no período 1992-2001, mais precisamente as taxas de atividade, formalização e desemprego.

Estudos envolvendo questões raciais, que vêm sendo realizados no Brasil, seguem, habitualmente, três tendências [ver Batista e Galvão (1992, p. 71)]: *a*) a que acredita numa democracia racial, isto é, na inexistência de preconceito de raça — de acordo com esta perspectiva, a condição de desigualdade dos negros em relação aos brancos poderia ser atribuída à ausência de educação e à pobreza, conseqüências do período de escravidão;¹ *b*) a que vincula questões raciais a questões de classe, subordinando a primeira à segunda — por essa linha de raciocínio, o preconceito seria mais social do que racial;² e *c*) a que defende que a raça é determinante da condição social dos indivíduos.³ Independentemente da tendência adotada, retratar a situação diferenciada do mercado de trabalho dos pretos e pardos *vis-à-vis* a de outras raças é o ponto de partida para compreender a extensão das clivagens sociais e raciais existentes no país.

Na linha do que diz Bourdieu (1999, p. 8), este estudo pode se constituir em mais uma ocasião de “apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e, mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele”.

De qualquer modo, o que se verifica, no Brasil, é a permanência de um hiato considerável entre os indivíduos, dependendo de sua cor ou raça: pretos e pardos de um lado e brancos e amarelos de outro. As estatísticas mostram que, mesmo no nível mais elementar da cidadania — que é o acesso ao trabalho qualificado —, a desigualdade racial, apesar de menor hoje do que nas décadas anteriores, ainda persiste.

Este trabalho está organizado em sete seções, incluindo esta introdução. A Seção 2 descreve a evolução dos conceitos de cor ou raça, bem como as definições relativas a trabalho aqui utilizadas. As Seções 3 e 4 descrevem o mercado de trabalho em sentido amplo, nominalmente as taxas de atividade e desemprego desagregadas por sexo e

1. Gilberto Freyre foi seu principal defensor.

2. Pierson (1942) defende que classe seja, provavelmente, mais importante que raça na determinação da posição social dos indivíduos.

3. Posição defendida por, entre outros, Hasenbalg (1979).

raça/cor. A Seção 5 trata da formalização no mercado de trabalho. A Seção 6 apresenta os modelos ajustados às taxas. Na Seção 7, à guisa de conclusão, são feitos alguns comentários.

2 CONCEITOS

2.1 COR/RAÇA

A partir do Censo de 1991, quando a população indígena passou a ser mais uma vez enumerada separadamente da parda, passam, então, a ser possíveis as seguintes respostas em relação a cor ou raça: branca, preta, amarela, parda (mulata, mestiça, cabocla, mameluca, cafuza etc.) e indígena, classificação que se aplica tanto aos que vivem em aldeamento como aos que vivem fora dele. De acordo com o *Manual do Recenseador* de 2000, enquadram-se na classificação de raça amarela as pessoas de origem japonesa, chinesa, coreana etc. O *Manual do Recenseador* do Censo de 1991, no que se refere a cor ou raça amarela, é mais explícito, adicionando a expressão “e seus descendentes” à especificação anterior.

A partir da década de 1990 as PNADs adotaram a classificação do Censo de 1991. Dado o tamanho amostral, optamos por considerar três grupos agregando os cinco originais. Os amarelos, com uma população reduzida e, portanto, com baixa probabilidade de cair na amostra, foram agregados com os brancos por terem características de estudo, trabalho e salário semelhantes, ainda que um pouco melhor. Os indígenas, também com tamanho reduzido de população, foram agregados com os pardos, ainda que apresentassem características de estudo e salário inferiores às deste último grupo. Cumpre notar que essas agregações, dado o pequeno tamanho de um dos grupos, não afetam sobremaneira os resultados dos grupos originais que permaneceram. Os pretos não foram agregados com nenhum outro grupo.⁴

2.2 TRABALHO

As PNADs verificam tanto o trabalho na semana de referência quanto nos últimos 12 meses. Optamos aqui pela informação referente ao ano para a definição da população economicamente ativa (PEA). Esta é definida como o coletivo de indivíduos com trabalho ou procurando-o. Na PEA separamos os empregados do mercado formal (funcionários públicos, empregados com carteira assinada e empregadores/autônomos contribuindo para a previdência), do mercado informal (empregados sem carteira, empregadores e autônomos não-contribuintes, trabalhadores para autoconsumo e construção de casa própria) e desempregados (inclusive os procurando emprego pela primeira vez). Mesmo dentro do mercado formal devem existir posições das mais variadas qualidades e com diferentes níveis de precariedade. Para o escopo deste trabalho, entretanto, optou-se pela desagregação que assegurasse a divisão entre os indivíduos com e sem acesso à previdência social.

Como as relações de trabalho no meio rural são muito peculiares, incluindo formas de relacionamento trabalhista arcaicas, optamos por nos restringir à população urbana envolvida em atividades não-agrícolas. Existem várias formas de caracterizar a

4. São comuns na literatura estudos que consideram o grupo “negro” como junção das categorias “pardos” e “pretos”. Dada a diferença de situação desses dois grupos, optamos pelo tratamento em separado.

dicotomia urbano/rural.⁵ As famílias nas quais os trabalhadores estivessem envolvidos em atividades agrícolas foram consideradas rurais. Quando os trabalhadores da família estivessem envolvidos tanto em atividades agrícolas quanto em não-agrícolas a determinação foi feita utilizando-se a atividade da pessoa de referência do domicílio. Nas famílias nas quais não houvesse indivíduos ativos, optou-se pela classificação oficial de urbano/rural determinada pelos municípios e seguida pelo IBGE.

3 MERCADO DE TRABALHO

Neste texto, para descrever a evolução e a diversidade das taxas no período de estudo, optou-se por um conjunto de três gráficos para cada sexo: um primeiro com as taxas em questão desagregadas por raça, um segundo com a razão dessas taxas por raça e a média Brasil e um terceiro com a variação relativa das taxas. Os dois primeiros gráficos devem dar uma idéia da posição absoluta e relativa dos grupos raciais e o terceiro deve dar uma idéia de evolução no período.

O Gráfico 1 apresenta as taxas de atividade⁶ médias para o período 1992-2001 e as razões das médias dessas taxas entre os grupos e o total da população, desagregadas por raça e sexo, para o período considerado. As taxas de atividade apresentam-se em forma de U invertido com um platô em torno de 90% para os homens e 60% para as mulheres. As diferenças não são muito gritantes, mas os comportamentos parecem diferenciados por raça/cor. Note-se que tanto para os homens como para as mulheres, para o grupo mais jovem — abaixo de 20 anos —, a taxa de atividade (e as razões das taxas) dos pardos é superior à dos brancos e pretos. É bom lembrar que parte deste é trabalho ilegal, por se tratar de menores. Para o grupo etário entre 20 e 45 anos (homens) e 20 e 40 anos (mulheres) observamos que para os homens as taxas de atividade são mais altas para os brancos, enquanto para as mulheres as taxas mais altas se verificam para as brancas e pretas quase que indistintamente. Para ambos os sexos, nos grupos etários já mencionados, os pardos apresentam menores taxas. A partir dos

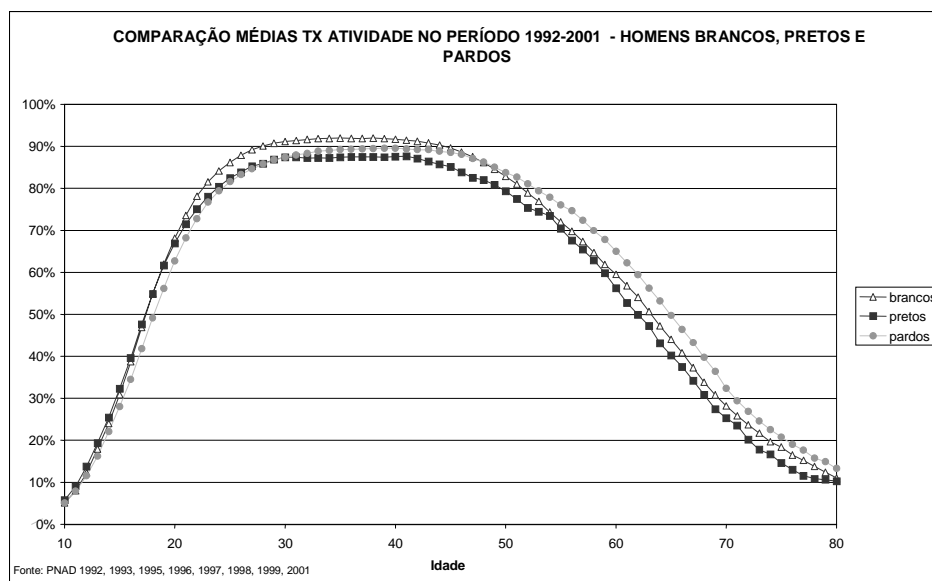
5. A partir do Censo Demográfico de 1991, o IBGE desdobrou a dicotomia urbano-rural em subníveis, mantendo a delimitação legal, mas também distinguindo níveis diferenciados de densidade demográfica e acesso a serviços. Assim, o conceito de área urbana se desmembrou em: *áreas urbanas*: áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios; *áreas urbanas não-urbanizadas*: áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas; *áreas urbanas isoladas*: casos de vilas e distritos, consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município.

As áreas rurais, a partir de critérios como tamanho (número de domicílios), existência de serviços e contigüidade, também foram desdobradas em: *a) áreas rurais — extensão urbana*: áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios (com distância inferior a 1 km), resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram incorporadas legalmente ao perímetro urbano do município; *b) áreas rurais — povoados*: aglomerações no espaço rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e possuírem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis, ou dispostos ao longo de uma via de comunicação, e com serviços para atender a seus moradores; *c) áreas rurais — núcleo*: é o aglomerado rural isolado (com mais de 10 e menos de 51 domicílios), cujo solo pertence a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina etc.), e que dispõe ou não de serviços ou equipamentos definidores dos povoados. É considerado, pois, como característica definidora desse tipo de aglomerado o seu caráter privado empresarial; *d) áreas rurais — outros*: são os aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculados a um único proprietário; e *e) áreas rurais — exclusive*: áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se, assim, como as áreas rurais propriamente ditas.

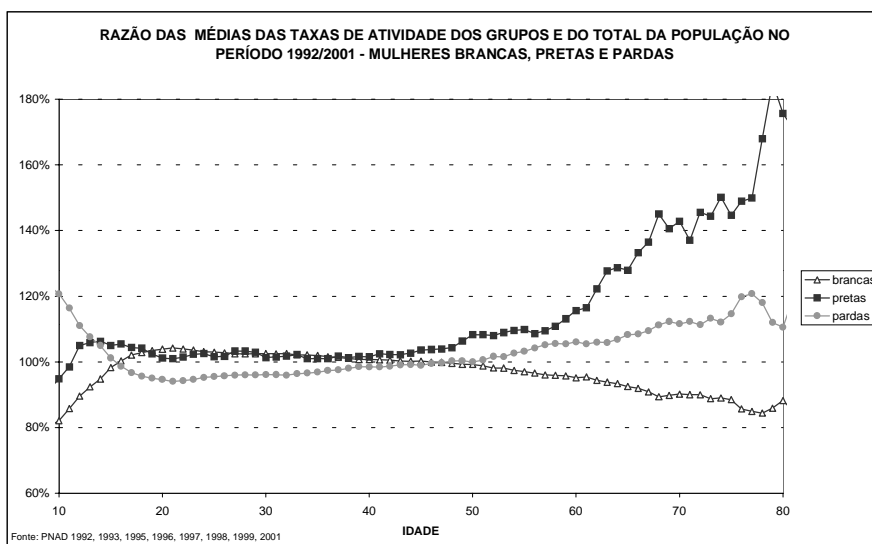
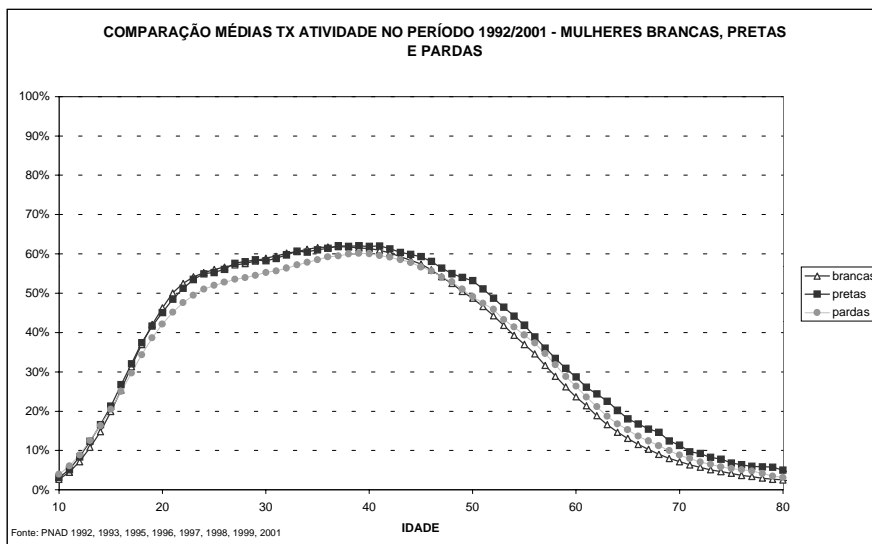
6. A taxa específica de atividade é a probabilidade de um indivíduo de um determinado sexo e idade pertencer ao mercado de trabalho, isto é, estar trabalhando ou procurando trabalho.

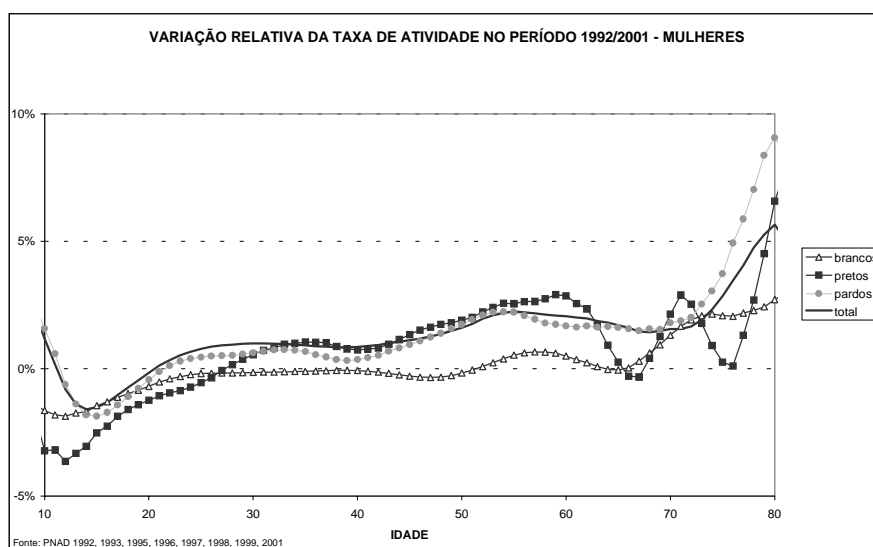
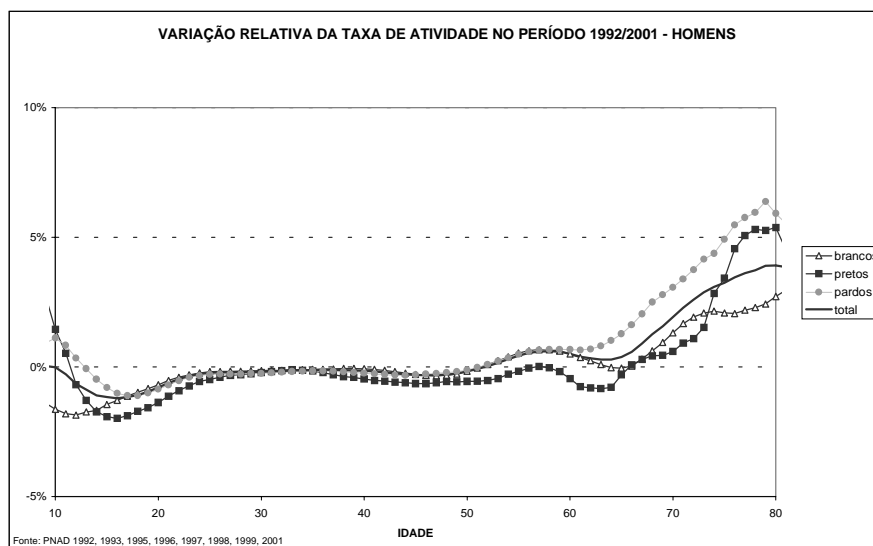
45 anos (homens) e 40 anos (mulheres), as taxas de atividade são maiores para os homens pardos e mulheres negras, mostrando que estes permanecem no mercado de trabalho por mais tempo que os brancos. No outro extremo, com as taxas mais baixas para altas idades estão as mulheres brancas (mulheres brancas saem do mercado de trabalho mais cedo) e os homens pretos, estes, possivelmente por desalento.⁷ Analisando as variações relativas ao longo do período considerado, observamos que houve uma queda nas taxas de atividade dos homens até a idade de 50 anos (variações negativas), sendo esta mais importante para os mais jovens, e um aumento para as mulheres pretas e pardas no grupo etário entre 20 e 60 anos (variações positivas). Para as mulheres brancas nesse grupo etário as taxas permaneceram basicamente constantes no período. Para os mais jovens (abaixo de 20 anos) a queda foi generalizada para ambos os sexos, enquanto para os mais velhos o oposto ocorreu. Então, podemos afirmar que, com exceção dos grupos etários extremos, homens e mulheres apresentaram comportamentos opostos no período, ainda que, quando desagregando por raça, observemos que mulheres brancas tiveram comportamento semelhante ao masculino. É também possível constatar que as mulheres brancas e os homens pretos apresentam taxas de atividade mais baixas nas altas idades em relação aos outros grupos.

GRÁFICO 1
TAXAS DE ATIVIDADE



7. Desistência de procurar trabalho por não encontrá-lo no passado.

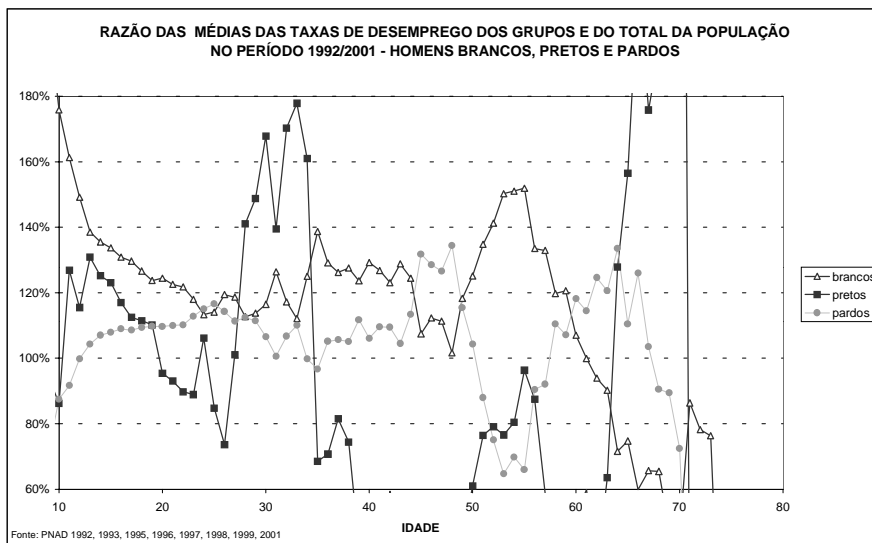
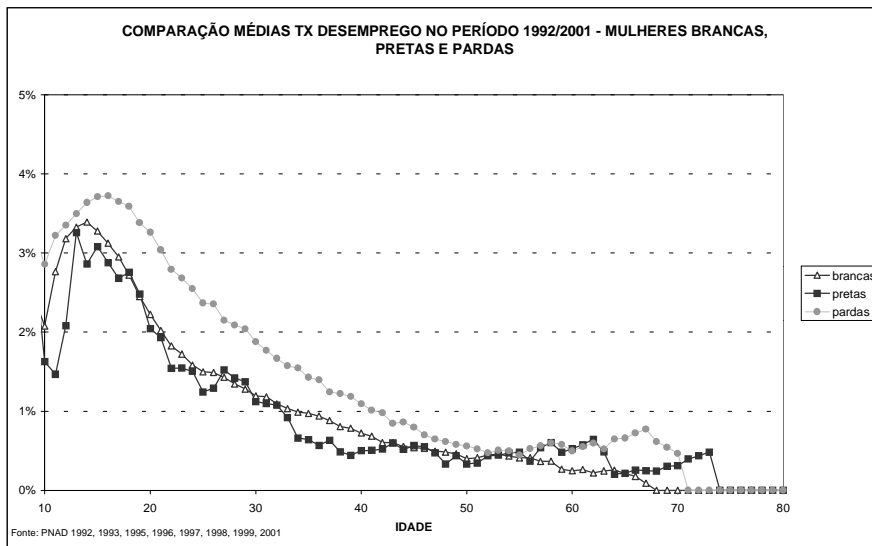
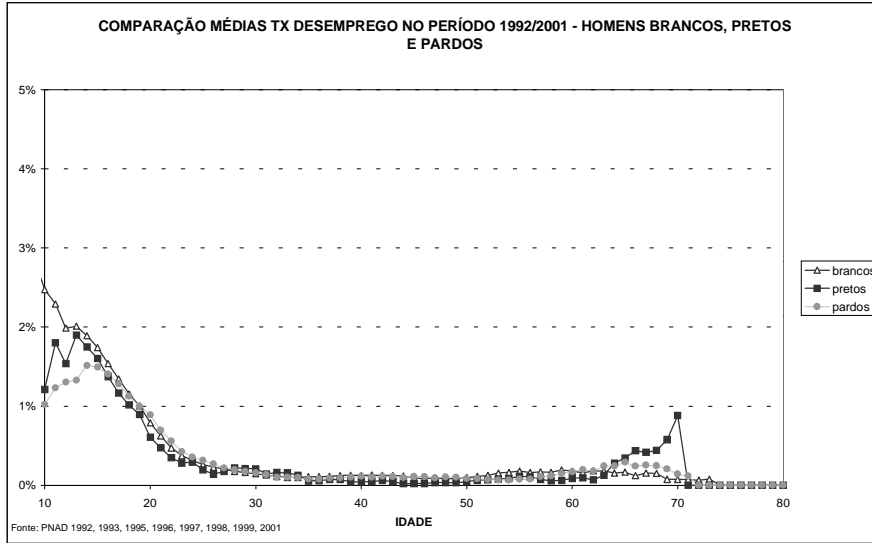


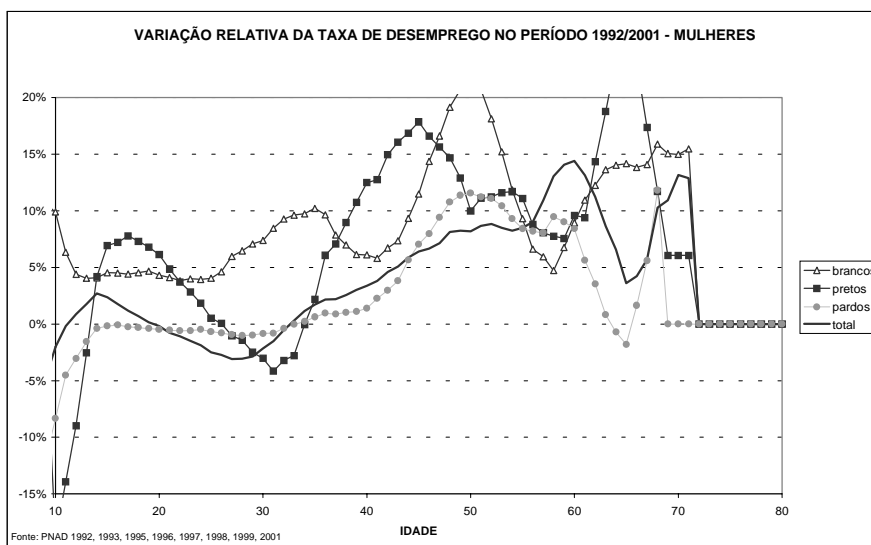
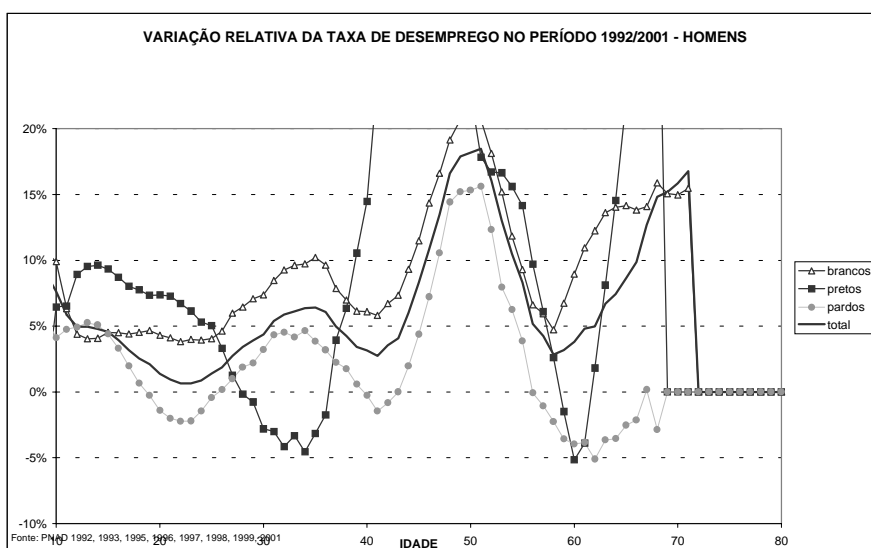
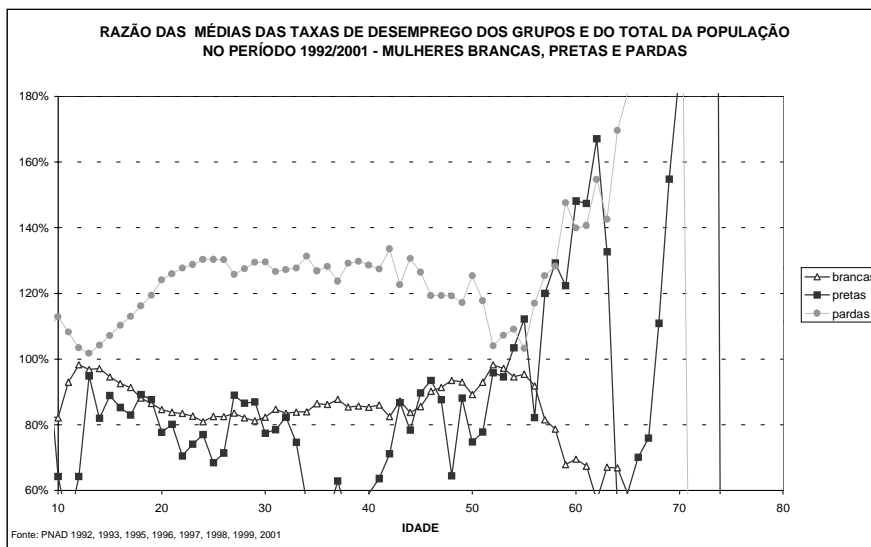


4 DESEMPREGO

O Gráfico 2 apresenta as taxas médias de desemprego e as razões das médias dessas taxas e o total da população, desagregadas por sexo e raça, no período. Em geral, mulheres de uma determinada raça/cor apresentam, para todas as idades, taxas mais altas de desemprego do que os homens. Jovens apresentam taxas mais altas de desemprego, que se mostram decrescentes com a idade para todas as combinações de raça/cor e sexo. Entre os homens, são os brancos que apresentam taxas mais altas, seguidos de pardos e pretos. Entre as mulheres, a ordem dos dois primeiros grupos de raça/cor é invertida e as pardas apresentam maiores taxas. Note-se um aumento generalizado das taxas de desemprego para todas as idades e combinações de raça/cor e sexo ao longo do período analisado.

GRÁFICO 2
TAXAS DE DESEMPREGO

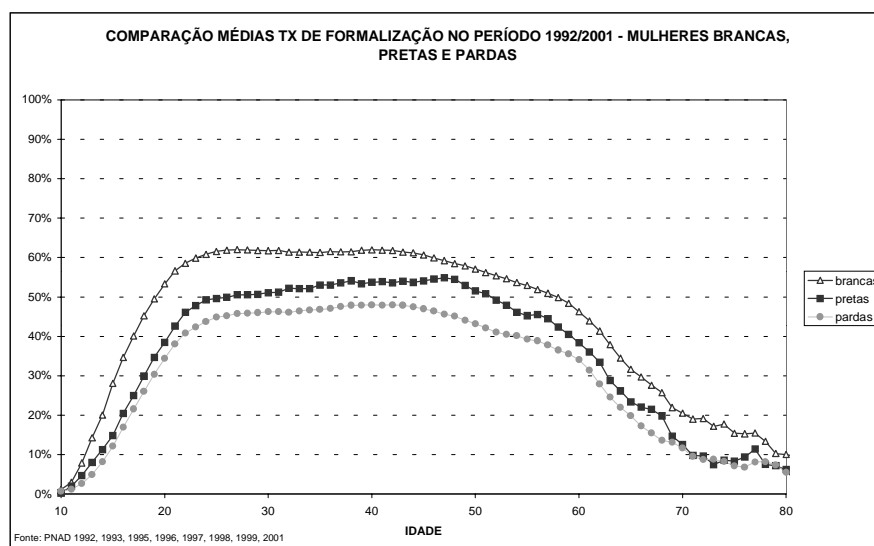
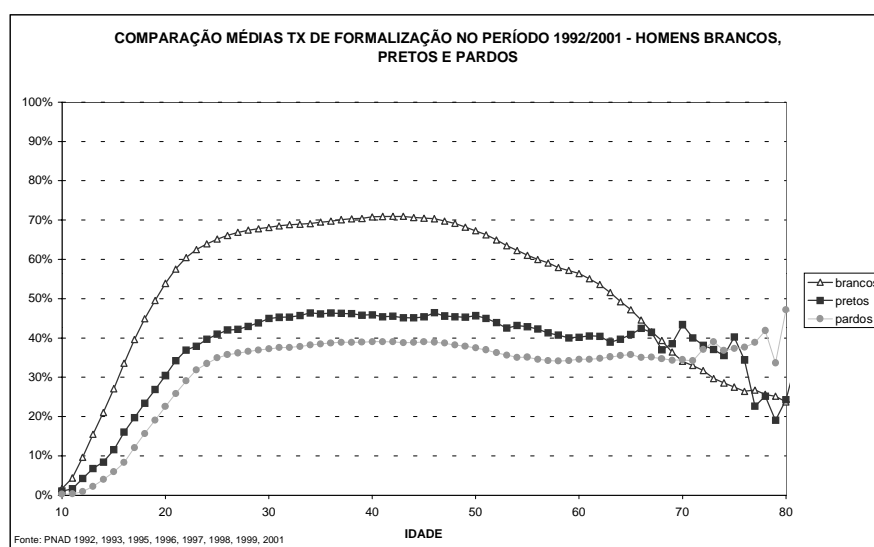


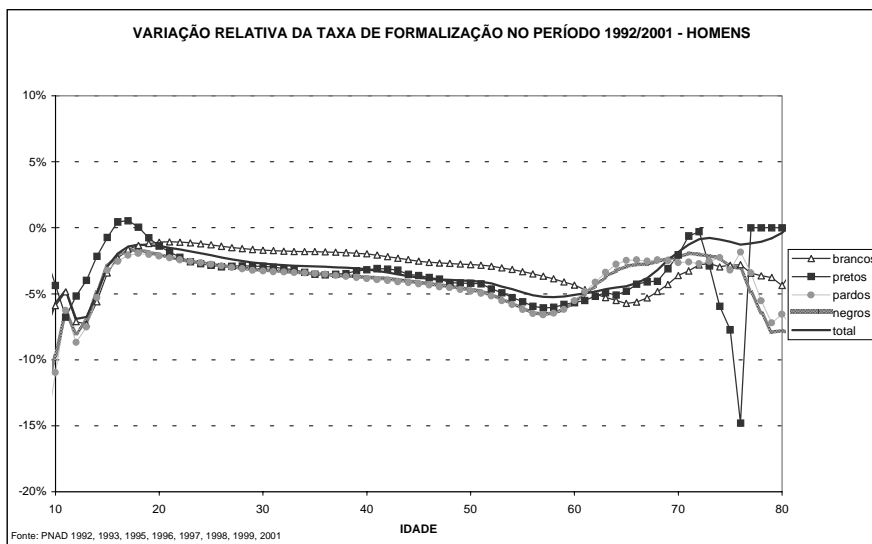
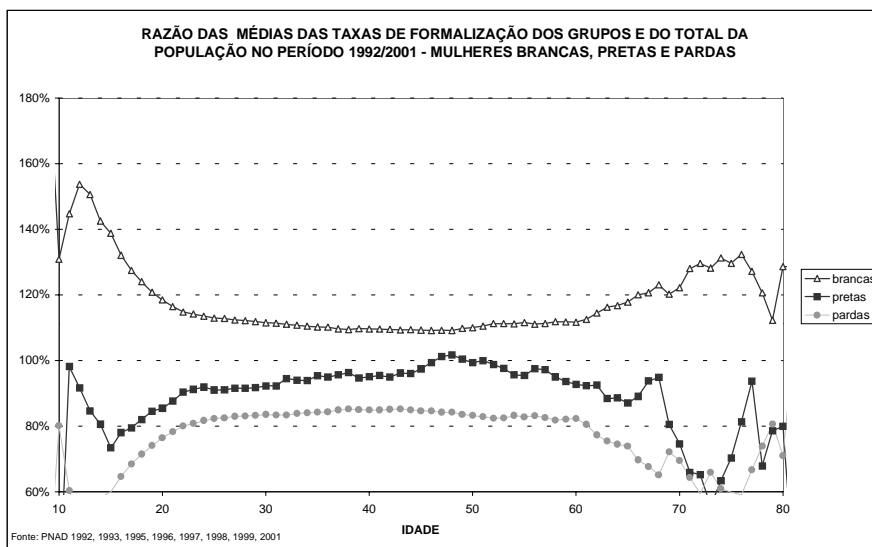
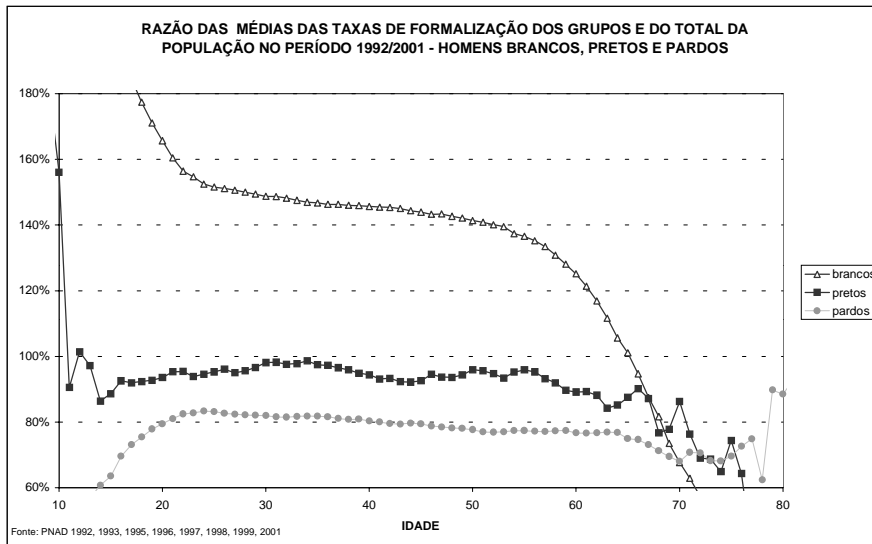


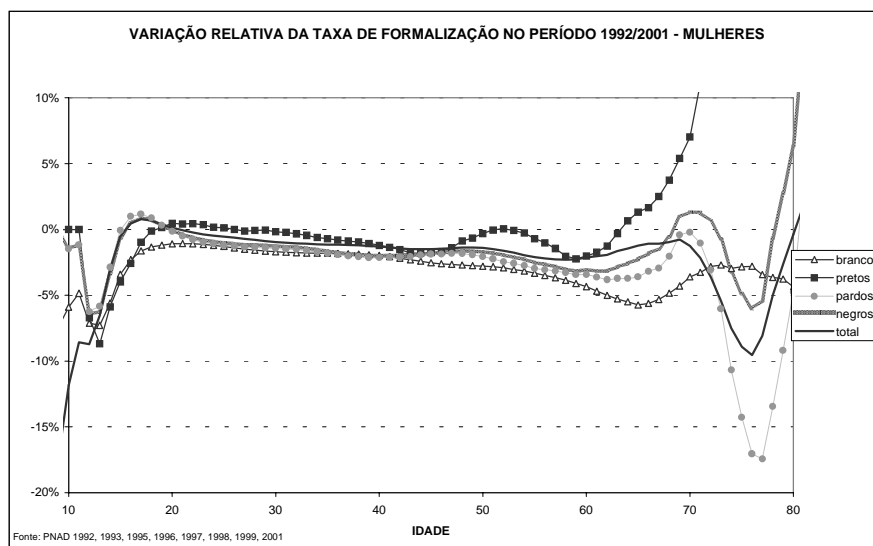
5 O MERCADO FORMAL DE TRABALHO

No Gráfico 3 apresentamos as curvas relativas às taxas de formalização. Cabe observar a ordenação das taxas segundo as raças, tanto para os homens como para as mulheres: os brancos apresentam as maiores taxas de formalização, seguidos dos pretos e dos pardos. Como a formalização é bem diferenciada por raça/cor, os gráficos da razão com a média populacional pouco agregam à análise. Quando analisamos a evolução ao longo do período, verificamos uma queda para todas as raças e ambos os sexos — menor, em média, para as mulheres e, entre os homens, menor para os brancos. O movimento no mercado foi, então, de um aumento da informalização.

GRÁFICO 3
TAXAS DE FORMALIZAÇÃO







6 MODELOS AJUSTADOS

6.1 MERCADO FORMAL

Cabe aqui observar, novamente, que definimos formalidade em relação à situação previdenciária: definimos como formal, além dos trabalhadores com carteira assinada, os empregadores e os trabalhadores autônomos/conta-própria que contribuem para algum tipo de instituto de previdência. Alguns estudos consideram o tamanho da empresa como definidor de formalidade, mas não foi esta a nossa opção.

Optou-se por ajustar um modelo linear generalizado [Maccullagh e Nelder (1983)] para todas as taxas estudadas. Admitiu-se que os trabalhadores do mercado formal seguiriam uma distribuição binomial, $B(N,p)$, onde N corresponderia à população de indivíduos na PEA e p à probabilidade do emprego formal, uma vez que se está na PEA. O parâmetro p seria função da raça/cor, sexo, ano-calendário, idade e anos de estudo. O ano-calendário foi modelado como uma variável nominal para permitir flutuações conjunturais que não seriam captadas considerando-se a variável como numérica. Idade e anos de estudo entraram também com a componente quadrática. Foram consideradas e testadas todas as interações de segunda e terceira ordens. Foram testadas também as funções de ligação logito, probito e complemento log-log. A função logito foi considerada o melhor ajuste em todos os casos. A regressão foi realizada com o pacote SAS para as idades compreendidas entre 10 e 60 anos, usando-se a *procedure analysis \ interactive data analysis \ fit Method (response dist.: binomial, link function: Canonical, scale: deviance)*.

A Tabela 1 apresenta os testes para inclusão das variáveis explicativas selecionadas, utilizadas no modelo para a formalização no mercado. Podemos observar que praticamente todas as variáveis são significativas a pelo menos 0,1%, com exceção da interação de sexo com ano de estudo quadrado com p-valor igual a 0,3%. É interessante notar que depois de idade são os anos de estudo as variáveis com maior poder de explicação.

TABELA 1
TESTES PARA INCLUSÃO DE VARIÁVEIS NO MODELO

Fonte	GL	Mercado formal		Desemprego		PEA	
		Qui ²	p-valor	Qui ²	p-valor	Qui ²	p-valor
ANO	7	460,6	<0,0001	18,9	0,0086	547,2	<0,0001
SEXO	1	13,4	0,0002	139,0	<0,0001	280,8	<0,0001
IDADE	1	3651,8	<0,0001	55,2	<0,0001	78071,1	<0,0001
IDADE2	1	1088,2	<0,0001	27,7	<0,0001	6114,1	<0,0001
ANO_EST	1	1477,1	<0,0001	80,3	<0,0001	4979,2	<0,0001
ANO_ES2	1	422,9	<0,0001	6,9	0,0085		
COR	2	402,2	<0,0001	15,3	0,0005	406,6	<0,0001
ANO*SEXO	7	364,3	<0,0001	11,8	0,108	245,8	<0,0001
ANO*COR	14	41,7	0,0001	19,6	0,1422	37,3	0,0007
IDADE*ANO	7	111,3	<0,0001	16,2	0,023	147,1	<0,0001
IDADE2*ANO	7	92,7	<0,0001	17,5	0,0143	71,6	<0,0001
ANO_EST*ANO	7	216,2	<0,0001	7,5	0,3813	67,3	<0,0001
ANO_ES2*ANO	7	86,7	<0,0001	7,4	0,3896		
SEXO*COR	2	14,0	0,0009	3,9	0,1399	25,4	<0,0001
IDADE*SEXO	1	84,5	<0,0001	403,3	<0,0001	4639,3	<0,0001
IDADE2*SEXO	1	317,4	<0,0001	368,0	<0,0001	2954,9	<0,0001
ANO_EST*SEXO	1	39,2	<0,0001	1,2	0,2696	2815,5	<0,0001
ANO_ES2*SEXO	1	8,8	0,0029	36,0	<0,0001		
IDADE*COR	2	87,3	<0,0001	15,6	0,0004	119,2	<0,0001
IDADE2*COR	2	58,6	<0,0001	13,8	0,001	19,3	<0,0001
ANO_EST*COR	2	75,3	<0,0001	6,3	0,0424	240,0	<0,0001
ANO_ES2*COR	2	34,6	<0,0001	5,7	0,00569		
IDADE*ANO_EST	1	395,6	<0,0001	64,0	<0,0001	1019,7	<0,0001
IDADE*ANO_ES2	1	396,7	<0,0001	4,2	0,04		
IDADE2*ANO_EST	1	34,2	<0,0001	44,8	<0,0001	333,7	<0,0001
IDADE*ANO_EST*SEXO	1	80,1	<0,0001	16,6	<0,0001	48,9	<0,0001
IDADE*ANO_ES2*SEXO	1	69,6	<0,0001			14,1	0,00009

Os valores estimados para os parâmetros confirmam a impressão visual já feita das curvas (ver Gráfico 1). O fator sexo mostra que os homens apresentam uma taxa maior de atividade. O polinômio de segundo grau na idade e os sinais dos coeficientes revelam que as taxas são menores para idades extremas (o máximo acontece para a idade de 52 anos). O polinômio de segundo grau nos anos de estudo e os sinais dos coeficientes mostram que as taxas de formalização são crescentes com os anos de estudo, ainda que com ganhos decrescentes, já que o máximo é alcançado fora do domínio de valores da variável, 19 anos, e a variável é definida somente até 16 (que corresponde a 15 ou mais anos de estudo). É importante notar que mesmo controlando por anos de estudo, sexo e idade, a variável cor se apresenta significativa, revelando que existe um diferencial associado a raça/cor. A interação entre raça e ano (a variável que explicaria as mudanças conjunturais ocorridas no período) mostrou-se significativa, demonstrando que mudanças conjunturais afetaram de forma diferenciada os grupos raciais. As interações entre cor e as variáveis de idade revelam que os perfis de atividade formal variam por idade segundo os grupos. A correlação entre ano e sexo, com seus valores decrescentes, indica uma perda relativa no grau de formalização da população masculina *vis-à-vis* a população feminina ao longo do período.

Para cada taxa considerada são apresentados dois conjuntos de gráficos para os valores ajustados: o primeiro conjunto (Gráfico 4) apresenta as taxas como função da idade e dos anos de estudo para cada grupo de raça/cor e sexo; o segundo conjunto (Gráfico 5) apresenta as razões de sexo para as mesmas taxas.

No Gráfico 4 são apresentadas as curvas relativas às taxas de formalização (como ajustado pelo modelo), como função da idade e dos anos de estudo do chefe do domicílio. Assim como para as taxas de desemprego, optou-se por calcular a razão de sexo da taxa de formalização por anos de estudo e idade, desagregados por raça — pardos, pretos e brancos —, e, posteriormente, a taxa de formalização por anos de estudo e idade, desagregados por sexo e cor/raça (Gráfico 5). As regiões correspondentes a baixas idades e elevados anos de estudo nos Gráficos 4 e 5 representam conjuntos vazios de população. As curvas relativas às taxas de formalização, de uma forma geral, não variam muito segundo cor/raça. Para os três grupos analisados — pardos, pretos e brancos —, os homens apresentam taxas de formalização maiores do que as mulheres, e essa diferença vai diminuindo à medida que a idade e o nível de escolaridade aumentam. As mulheres só apresentam taxas de formalização superiores às dos homens no grupo etário mais velho (acima de 55 anos) com alta escolaridade (mais de 15 anos de estudo) e as mulheres pretas apresentam também maiores taxas para altas idades e baixa escolaridade. Cabe observar a ordenação das taxas segundo as raças, tanto para os homens como para as mulheres: os brancos apresentam as maiores taxas de formalização, seguidos dos pretos e dos pardos. As razões de sexo são a favor dos homens entre os brancos e pardos e a favor das mulheres entre as pretas. Quando analisamos a evolução ao longo do período, verificamos uma queda para todas as raças e ambos os sexos, menor para os homens brancos.

GRÁFICO 4
 TAXAS DE FORMALIZAÇÃO POR ANOS DE ESTUDO E IDADE, SEGUNDO SEXO E COR/RAÇA

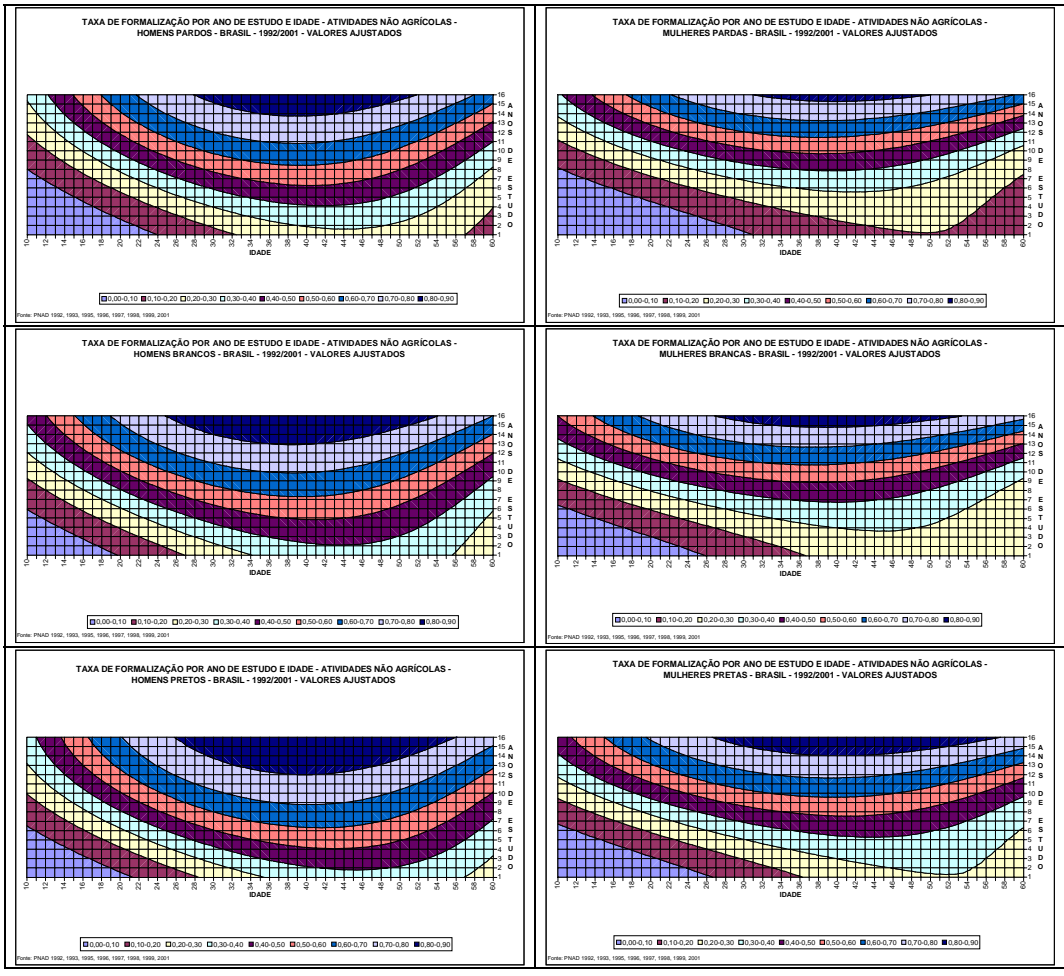
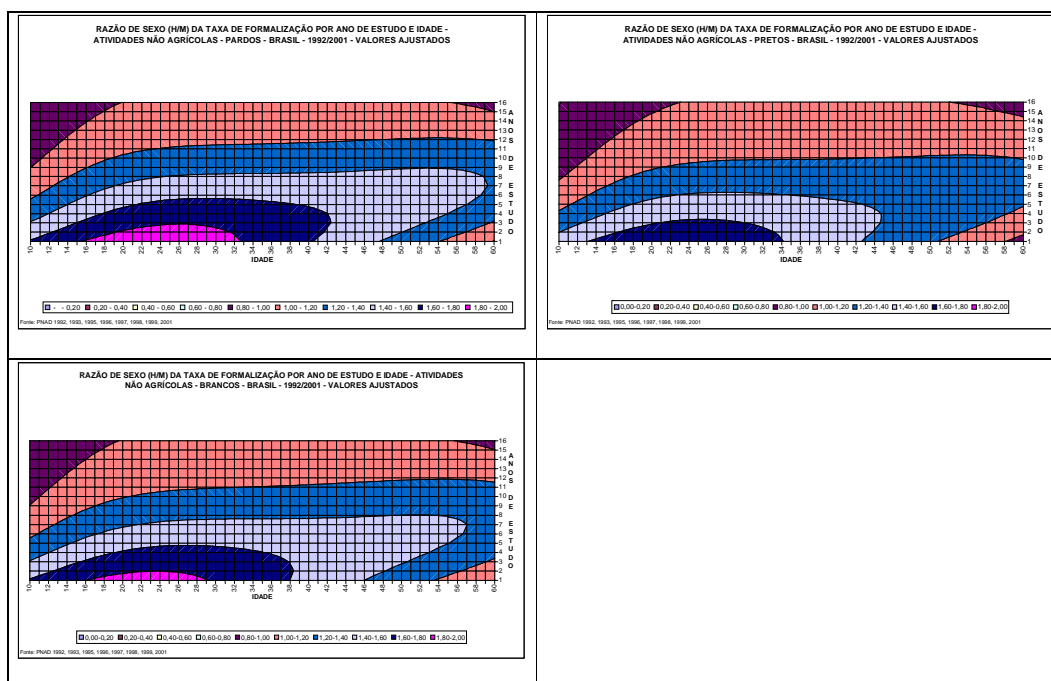


GRÁFICO 5
RAZÃO DE SEXO DAS TAXAS DE FORMALIZAÇÃO

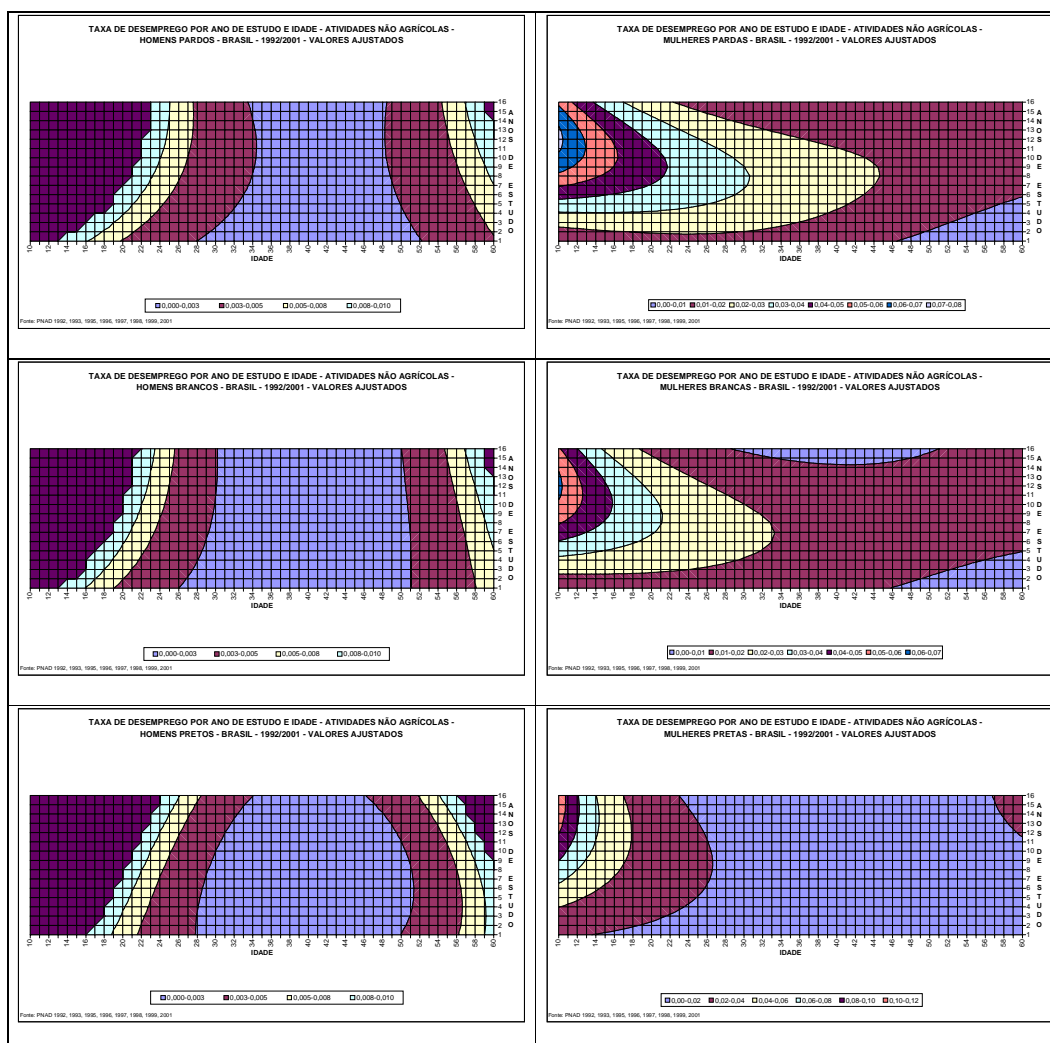


Observando o Gráfico 4 das taxas de formalização por cor/raça, conclui-se que anos de estudo é a variável determinante para a faixa etária compreendida entre 25 e 50 anos. Nota-se também que, para as idades extremas e baixa escolaridade, as taxas de formalização são bastante semelhantes.

6.2 DESEMPREGO

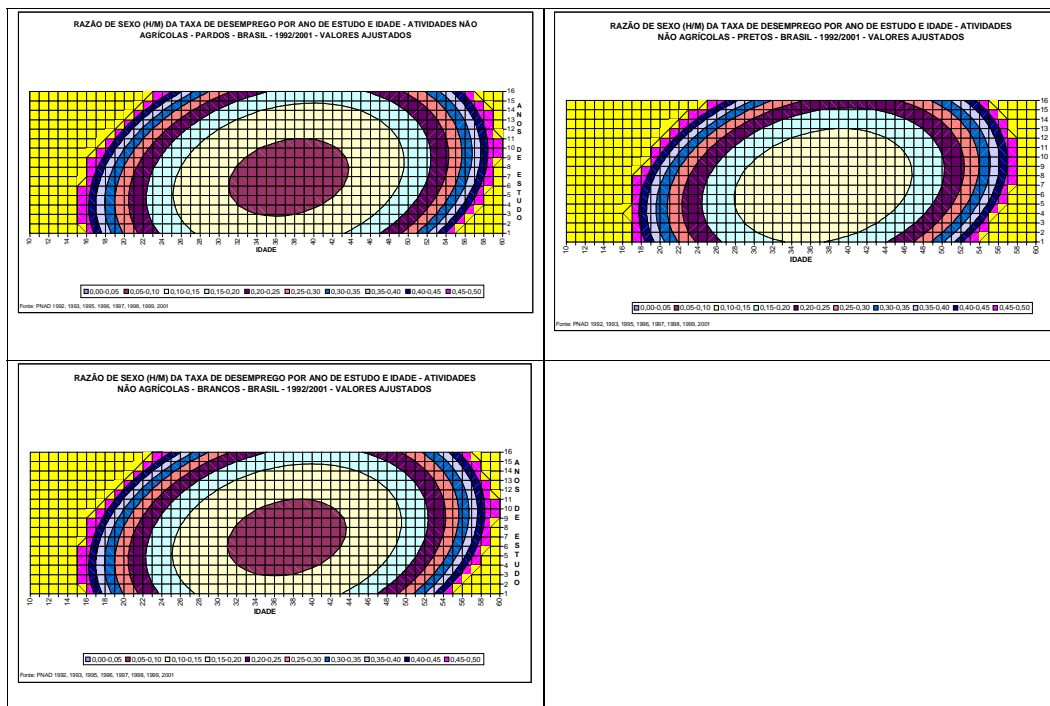
As taxas de desemprego foram calculadas agregando as pessoas procurando emprego pela primeira vez aos demais desempregados (ver Gráfico 6). A Tabela 1 apresenta os testes correspondentes para o ajuste das taxas de desemprego. Sexo e interação idade e sexo aparecem como os maiores valores, seguidos de anos de estudo (incluindo o termo quadrático) e a idade propriamente dita (também com o seu termo quadrático). O termo cor, ainda que estatisticamente significativo no modelo simples sem interação, já não aparece significativo no modelo com interações. Os coeficientes de idade apontam para uma taxa menor nas idades extremas, mas viesados para as idades mais jovens. Considerando-se as variáveis idade, anos de estudo e suas interações lineares e quadráticas, podemos ver que o desemprego é mais forte entre os jovens com mais escolaridade e menor entre os idosos com menos escolaridade.

GRÁFICO 6
TAXAS DE DESEMPREGO POR ANOS DE ESTUDO E IDADE, SEGUNDO SEXO E COR/RAÇA



Já o Gráfico 7 apresenta a razão de sexo (homens/mulheres) da taxa de desemprego por anos de estudo e idade, desagregados por cor/raça — pardos, pretos e brancos —, como ajustado pelo modelo logit. O Gráfico 8 apresenta as taxas de desemprego por anos de estudo, desagregados por sexo e cor/raça. Em ambos os gráficos a região correspondente a baixas idades e elevados anos de estudo representa um conjunto vazio de indivíduos, ainda que o modelo tenha ajustado valores para a probabilidade de desemprego. Em geral, mulheres de uma determinada raça/cor apresentam, para todas as idades, taxas mais altas de desemprego do que os homens. Os jovens apresentam taxas mais altas de desemprego, que se apresentam decrescentes com a idade para todas as combinações de raça/cor e sexo. Entre os homens, são os brancos que apresentam taxas mais altas, seguidos de pardos e pretos. Entre as mulheres, a ordem dos dois primeiros grupos de raça/cor é invertida e as pardas apresentam maiores taxas.

GRÁFICO 7
RAZÃO DE SEXO DAS TAXAS DE DESEMPREGO



6.3 TAXA DE ATIVIDADE

No Gráfico 8 são apresentadas as curvas relativas às taxas de atividade (como ajustado pelo modelo). Assim como para as taxas de desemprego e de formalização, optou-se por calcular a taxa de atividade por anos de estudo e idade, desagregados por raça — pardos, pretos e brancos — e, posteriormente, a razão de sexo da taxa de atividade por anos de estudo e idade, desagregados por sexo e cor/raça (Gráfico 9). Da mesma forma que nos dois gráficos anteriores, as regiões correspondentes a baixas idades e elevados anos de estudo nos Gráficos 4 e 5 representam conjuntos vazios de população.

GRÁFICO 8
 TAXAS DE ATIVIDADE POR ANOS DE ESTUDO E IDADE, SEGUNDO SEXO E COR/RAÇA

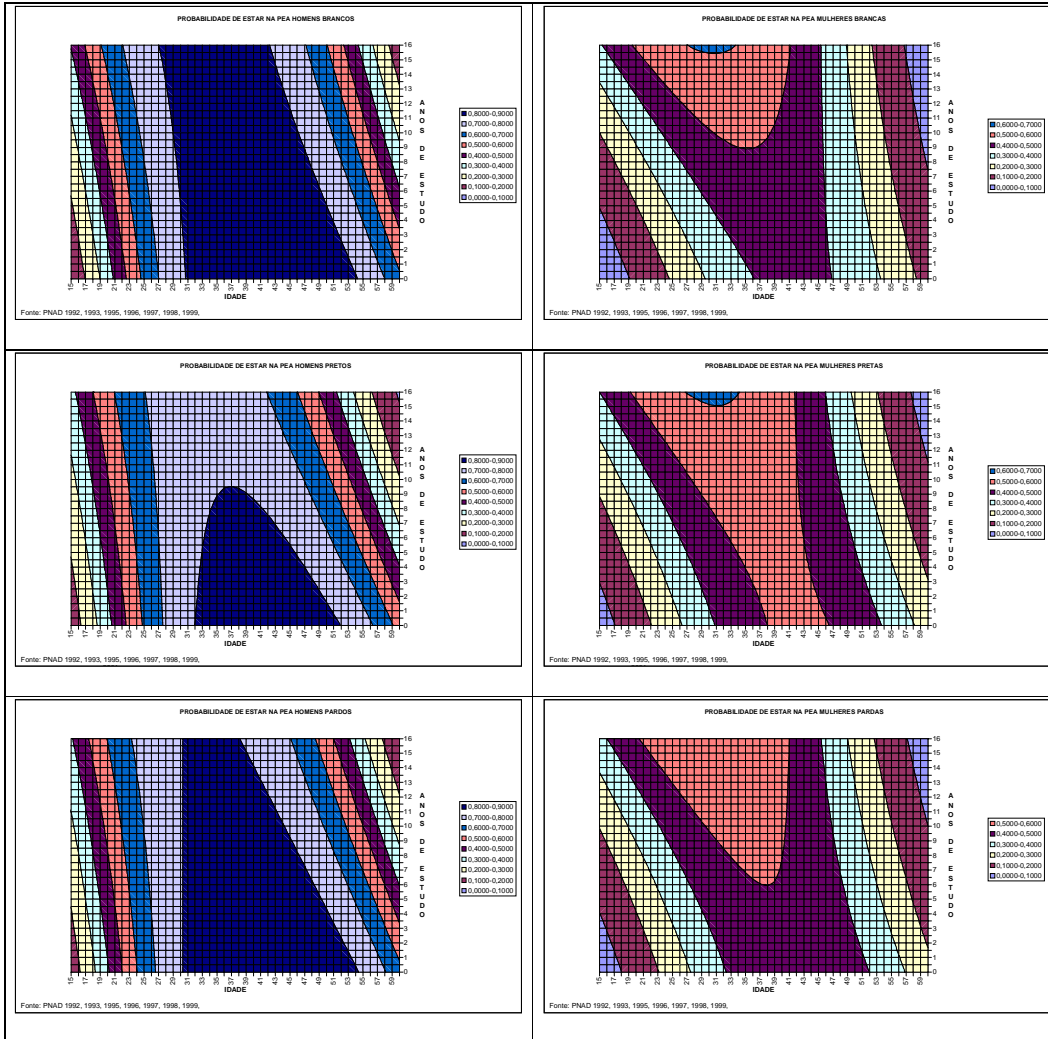
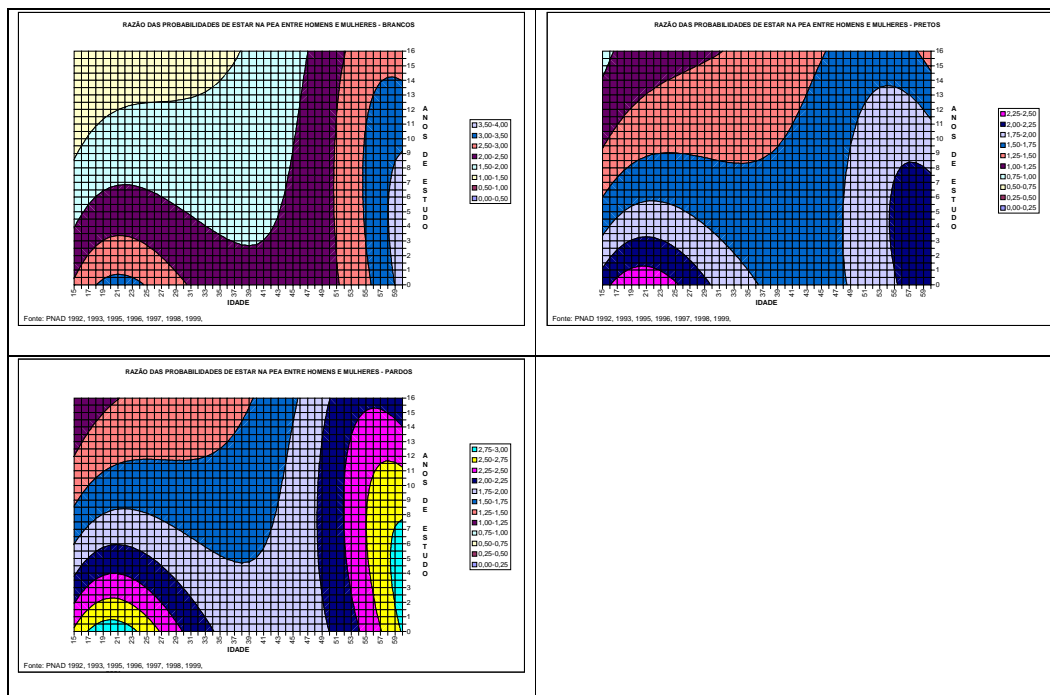


GRÁFICO 9
RAZÃO DE SEXO DAS TAXAS DE ATIVIDADE



7 COMENTÁRIOS E CONCLUSÕES

Os dados e análises apresentados anteriormente nos conduzem à pressuposição de que há, sim, uma certa coincidência das fronteiras raciais e das fronteiras socioeconômicas. As desigualdades raciais são também desigualdades sociais e ficam flagrantes quando se examinam os dados relativos à formalização do mercado de trabalho, desagregando-os pelas diferentes categorias de cor ou raça que compõem a população brasileira.

A clivagem racial é mais acentuada entre os homens do que entre as mulheres, principalmente em termos de formalização. Tanto para os homens como para as mulheres, observamos que a entrada se dá mais cedo para pretos/pardos e eles permanecem no mercado por mais tempo, com exceção dos homens pretos, cuja taxa de atividade média no período é menor do que a dos homens brancos a partir dos 30 anos. As taxas de atividade dos homens são superiores às das mulheres, enquanto as taxas de desemprego mostram comportamento oposto. Ao longo do período podemos observar que o crescimento das taxas de atividade das mulheres se dá principalmente entre as pretas e pardas e, embora as taxas de formalização sejam decrescentes no período, a queda nessas taxas é também menor entre as pretas e pardas.

Como afirma Henriques (2001, p. 1), “o pertencimento racial tem importância significativa na estruturação das desigualdades sociais e econômicas no Brasil”.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, A. M. da S. Cultura de desigualdades: raça, movimentos feministas e justiça ambiental. *Proposta*, v. 76, p. 64-72, mar./maio 1998.
- BARCELOS, L. C. Educação: um quadro de desigualdades raciais. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 23, p. 37-69, dez. 1992.
- BATISTA, M. A. R., GALVÃO, O. M. R. Desigualdades raciais no mercado de trabalho brasileiro. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 23, p. 71-95, dez. 1992.
- BELTRÃO, K. I. *Acesso à educação: existe igualdade entre os sexos?* Rio de Janeiro: IPEA, maio 2002 (Texto para Discussão, 879).
- BERQUÓ, E. Demografia da desigualdade: algumas considerações sobre os negros no Brasil. *Anais do II Encontro Nacional da Abep*, Olinda, 1988.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- COSTA, T. C. N. A. O princípio classificatório 'cor', sua complexidade e implicações para um estudo censitário. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 36, n. 3, p. 91-106, jul./set. 1974.
- HASENBALG, C. A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HASENBALG, C. A., SILVA, N. do V. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. In: LOVELL, P. A. (org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1991.
- HENRIQUES, R. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA, jul. 2001 (Texto para Discussão, 807).
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)* de 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999 e 2001 (microdados).
- _____. *Manual do Recenseador de 1990*. 2000.
- LOVELL, P. A. (org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1991.
- _____. Raça e gênero no Brasil. *Lua Nova-Revista de Cultura e Política*, n. 35, p. 39-71, 1995.
- MACCULLAGH, P., NELDER, J. A. *Generalized linear models*. London: Chapman and Hall, 1983.
- OLIVEIRA, J. S. de. "Brasil mostra a tua cara": imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000. Rio de Janeiro, 2001, mimeo.
- PIERSON, D. *Negroes in Brazil: a study of race contact at Bahia*. Chicago: Chicago University Press, 1942.
- SANTOS, J. R. dos. A inserção do negro e seus dilemas. *Parcerias Estratégicas*, n. 6, p. 110-154, mar. 1999.
- SCHWARTZMAN, S. Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, n. 55, p. 83-96, nov. 1999.

SILVA, N. do V. Aspectos demográficos dos grupos raciais. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 23, p. 7-15, dez. 1992.

TEIXEIRA, M. de P. *Negros em ascensão social: trajetórias de alunos e professores universitários no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998 (Tese de Doutorado em Antropologia).

EDITORIAL

Supervisão

Helena Rodarte Costa Valente

Revisão

André Pinheiro

Elisabete de Carvalho Soares

Lucia Duarte Moreira

Luiz Carlos Palhares

Miriam Nunes da Fonseca

Tatiana da Costa (estagiária)

Editoração

Carlos Henrique Santos Vianna

Joanna Silvestre Friques de Sousa

Marina Nogueira Garcia de Souza (estagiária)

Roberto das Chagas Campos

Apoio Administrativo

Fabiana Pontes

Divulgação

Cesar Wilson E. Santos

Reprodução Gráfica

Edson Soares

Brasília

SBS – Quad

ra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

10º andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 315-5336

Fax: (61) 315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Home page: <http://www.ipea.gov.br>

Rio de Janeiro

Av. Presidente Antônio Carlos, 51, 14º andar

20020-010 – Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 3804-8118

Fax: (21) 2220-5533

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

Tiragem: 130 exemplares

